

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015
(De autoria do senador Valdir Raupp e outros)

Altera o art. 17 da Constituição Federal para vedar coligações partidárias nas eleições proporcionais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.

§ 1º É assegurada autonomia aos partidos políticos para dispor sobre sua estrutura, organização e funcionamento, e para estabelecer em seus estatutos normas de fidelidade e disciplina partidárias.

.....

§ 5º São vedadas as coligações partidárias nas eleições proporcionais, cabendo aos partidos, nas eleições majoritárias, dispor sobre o regime de sua escolha, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas nos diversos âmbitos da Federação.
(NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir das eleições de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

A disciplina do funcionamento dos partidos políticos tem grande relevância, no sistema constitucional brasileiro, especialmente diante das necessidades relacionadas à construção de maiorias parlamentares que a atual situação apresenta, com graves consequências para a governabilidade.



SF/15592.56672-50

Com efeito, a liberdade de organização dos partidos políticos, os novos inclusive, não pode ser restringida, a nosso ver, por ofensa a direitos e liberdades solenemente inscritas na Constituição.

Dessa realidade resultou, entretanto, um quadro partidário com mais de trinta organizações, vinte e oito delas contando com representação na Câmara dos Deputados. A situação se repete, com nuance, no Senado Federal.

Nesse contexto, amplia-se a dificuldade do Chefe do Poder Executivo, qualquer que seja sua orientação, para constituir uma base de apoio consistente e sólida no Congresso Nacional.

Uma das medidas que podem ser adotadas para inibir a proliferação de partidos políticos, e, especialmente, a dispersão exagerada de representações partidárias no Congresso, sem entretanto limitar direitos individuais ou restringir a liberdade de organização partidária é vedar a realização de coligações nas eleições para os cargos de vereador e de deputado, estadual, distrital ou federal.

Acresce que uma determinação constitucional com tal natureza tem o saudável efeito colateral de contribuir para a transparência do processo eleitoral, permitindo ao eleitor a clara visualização dos seus atores, e também para a verdade eleitoral, pois o candidato eventualmente beneficiado pelo voto de eleitor – nas distintas situações de um candidato muito bem votado, o chamado puxador de voto, ou de um candidato não eleito – beneficiará exclusivamente os seus colegas da mesma formação partidária.

Com isso, impede-se a danosa “colonização” de um partido político por outro, que apenas lança um candidato para nele concentrar sua votação e, assim, beneficiar-se da manifestação de vontade do eleitor que não era endereçada ao seu candidato. Nesse passo, contribui também para a transparência do processo eleitoral e para que o resultado da eleição expresse, com verdade, a vontade que o eleitor manifestou nas urnas.

A presente proposta reitera o que sugerido em iniciativas anteriores, que não prosperaram, foram arquivadas ou politicamente bloqueadas na Câmara dos Deputados.



Entendemos necessário, na presente conjuntura, reiterar a proposição no Senado Federal, para que o tema siga vivo nos debates que ainda continuam sobre a nossa inconclusa reforma política.

Com o objetivo de facilitar a aprovação da matéria, permitindo que os partidos políticos tenham tempo para se adaptar a essa nova realidade, estamos propondo que a vedação passe a ser aplicada apenas a partir das eleições de 2022.

Solicitamos aos eminentes pares as medidas necessárias ao aperfeiçoamento e o apoio para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador VALDIR RAUPP



SF/15592.56672-50

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº _____, DE 2015
(De autoria do senador Valdir Raupp e outros)

Altera o art. 17 da Constituição Federal
para vedar coligações partidárias nas
eleições proporcionais

01 Assinatura: _____ Nome: _____

02 Assinatura: _____ Nome: _____

03 Assinatura: _____ Nome: _____

04 Assinatura: _____ Nome: _____

05 Assinatura: _____ Nome: _____

06 Assinatura: _____ Nome: _____

07 Assinatura: _____ Nome: _____

08 Assinatura: _____ Nome: _____

09 Assinatura: _____ Nome: _____

10 Assinatura: _____ Nome: _____

11 Assinatura: _____ Nome: _____

12 Assinatura: _____ Nome: _____

13 Assinatura: _____ Nome: _____

14 Assinatura: _____ Nome: _____

15 Assinatura: _____ Nome: _____

16 Assinatura: _____ Nome: _____

17 Assinatura: _____ Nome: _____



SF/15592.56672-50

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015
(De autoria do senador Valdir Raupp e outros)

Altera o art. 17 da Constituição Federal para
vedar coligações partidárias nas eleições
proporcionais

18 Assinatura: _____ Nome: _____

19 Assinatura: _____ Nome: _____

20 Assinatura: _____ Nome: _____

21 Assinatura: _____ Nome: _____

22 Assinatura: _____ Nome: _____

23 Assinatura: _____ Nome: _____

24 Assinatura: _____ Nome: _____

25 Assinatura: _____ Nome: _____

26 Assinatura: _____ Nome: _____

27 Assinatura: _____ Nome: _____

28 Assinatura: _____ Nome: _____

29 Assinatura: _____ Nome: _____

30 Assinatura: _____ Nome: _____

31 Assinatura: _____ Nome: _____

32 Assinatura: _____ Nome: _____

33 Assinatura: _____ Nome: _____



SF/15592.56672-50

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

